

Jornal dos Aposentados

SINTUFRJ

Ano II – Nº 15

Outubro de 2019

www.sintufrj.org.br

Informe sobre o Plano Bresser (26,06%). Página 3

Passeio cultural com gosto de quero mais

Fotos: Divulgação



As linhas livres e despojadas do conjunto arquitetônico de um dos mais importantes arquitetos brasileiros para a humanidade, que formam o Caminho Niemeyer, e a histórica Fortaleza de Santa Cruz da Barra – uma construção de 1612 –, encantaram os 40 sindicalizados que participaram do primeiro passeio cultural promovido pela Coordenação e o Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sintufrj, no dia 16 de outubro.

A aventura foi em Niterói, uma cidade com uma geografia que mistura mar, montanha e está separada do Rio de Janeiro pela Baía de Guanabara. Os excursionistas saíram cedo da sede do Sintufrj, acompanhados pelas coordenadoras Leila Castro e Maria Sidônia, e pelo professor de História Fernando Linhares, e retornaram no fim da tarde.



Reunião de celebração

A reunião do mês de outubro dos aposentados e pensionistas será na quarta-feira, 30, às 9h30, no Espaço Cultural do Sintufjr, e comemorará o Dia do Servidor Público com um café da manhã especial.

Consta também da programação os informes políticos

da coordenação geral do Sintufjr; palestra sobre saúde com a enfermeira aposentada do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Rozane Souza de Magalhães; e a Roda de Conversa sobre os 100 anos da UFRJ.

28 de outubro: Dia do Servidor Público

Também conhecido como Dia do Funcionário Público, a data celebra o profissional que trabalha nas mais variadas áreas do Poder Público: universidades, escolas, hospitais, escritórios e demais repartições públicas, entre outros. Existem três principais tipos de servidores públicos: municipal, estadual e federal.

Origem

O Dia do Servidor Público surgiu através do Conselho

Federal do Serviço Público Civil, homenageando a criação das leis que regem os direitos e deveres dos servidores públicos - Decreto Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939.

O que motivou a criação da data pelo Conselho, em parte, foi a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público do Brasil, em 1938. A data não é um feriado nacional, mas sim um ponto facultativo.

Plantão de atendimento aos aposentados e pensionistas

Sede do Sintufjr:

Às segundas e quintas-feiras, das 10h às 15h (intervalo para almoço das 12h às 13h).

Telefone: (21) 3194-7127.

Subsede na Praia Vermelha:

Às terças-feiras, das 13h às 16h.

Telefone: (21) 2542-9143.

INTERNACIONAL

Chile: 18 mortos em cinco dias de protestos

Foto: Divulgação



Em cinco dias de protestos, que começaram contra o reajuste da tarifa do Metrô e seguiram contra as péssimas condições de vida provocadas pela privatização da Previdência e de serviços essenciais para a população, como água e luz, 18 chilenos já morreram (até o fechamento desta edição) nas ruas do país. Deste total, 11 foram mortos na região metropolitana de Santiago, capital do país, em ações de saques e incêndios em supermercados, três foram vítimas de tiros e uma foi atropelada por uma viatura militar, segundo informações o subsecretário de Interior, Rodrigo Ubilla, de acordo com o jornal chileno La Tercera.

O Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile (INDH) informou que outras 84 pessoas foram feridas a bala – cinco estão em estado grave e uma corre risco de vida. O INDH também denunciou a prisão de 1.420 pessoas nas manifestações, entre elas 181 menores de idade. Já o governo diz que prendeu 2.643 pessoas.

Entenda porque os chilenos estão protestando:

1 - Os protestos no Chile tiveram início quando o presidente Sebastián Piñera anunciou um aumento de 3,75% nas tarifas do

Metrô, que subiram 30 pesos, o equivalente a R\$ 0,17;

2 - A violência aumentou nos protestos a partir de sexta-feira (18), após a repressão violenta da polícia;

3 - No sábado (19/10), o economista e empresário Piñera recuou e cancelou o reajuste.

4 - Também no sábado, Piñera decretou estado de emergência por 15 dias. Pela primeira vez depois da ditadura militar, que entre 1973 e 1990 foi responsável pela morte e tortura de milhares de chilenos, o Exército voltou às ruas do país;

5 - Os protestos continuaram com milhares de pessoas nas ruas, apesar do decreto e da forte repressão militar.

6 - O aumento da tarifa do Metrô foi o estopim que faltava para a explosão de descontentamento que amarga um sistema de capitalização da previdência que paga menos de um salário mínimo local depois de dezenas de anos de contribuição aos fundos que administram suas aposentadorias.

7 - O povo também protesta contra a privatização de serviços essenciais e básicos, como a água e luz que contribuiu tanto para o aumento de tarifas que muitos não conseguem pagar as contas.



CNPJ:42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam) e Marisa Araujo / **Coordenação e Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr:** Augusto Barbosa dos Santos, Alda Lúcia dos Anjos Santos, Maria Sidônia dos Santos Lira, Leila Castro e Eliane Nascimento / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição e Redação:** Ana de Angelis e Luiz Maranhão / **Reportagem:** Ana de Angelis, Eac e Regina Rocha / **Estagiário:** Lucas Azevedo / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação:** Edilson Soares Martins / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 4.500 exemplares. As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunicacao@sintufjr.org.br / Telefone: 21 3194 -7112/7146 - **RECEPÇÃO DO SINTUFRJ:** Telefone - 21 3194-7100/7101.

26,06% (Plano Bresser)

Ao contrário do que informamos na edição passada, não existem prazos definidos para o pagamento. É verdade que já existem processos que obtiveram decisão favorável para pagamento. Mas, para que o dinheiro chegue ao nosso bolso, é necessário seguir os trâmites das requisições de pequeno valor (RPV) ou Precatórios.

- **Valores menores que 60 salários mínimos** – O pagamento se dará por RPV (Requisições de Pequenos Valores).
- **Valores acima de 60 salários mínimos** – O pagamento será por precatórios, que o governo pagará de acordo com o seu orçamento.

Após o depósito dos valores do RPV ou Precatório, o juiz emitirá um alvará para levantamento dos valores para cada credor;

Como posso saber o andamento do meu processo?

Se você já possuir o número do seu processo, é só fazer a consulta do andamento pelo link <https://consultapje.trt1.jus.br/consultaprocessual>

Os que ainda não souberem o número do processo, devem solicitar informações pelo e-mail: 2606-sintufjrj@servidor.adv.br

Reforma administrativa: massacre a caminho

Governo prepara ataque sem precedentes ao funcionalismo federal junto com o desmonte progressivo dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, seguridade social, entre outros



SERVIDOR cuida com atenção de pacientes no ambulatório do Hospital do Fundão, da UFRJ. Precarização do trabalho vai afetar a qualidade do atendimento à população

Os servidores e os mais pobres são as próximas vítimas de Jair Bolsonaro. Essa certeza está explícita na proposta de reforma administrativa que o governo disse que enviará ao Congresso Nacional tão logo o Senado

aprove a reforma da Previdência Social.

O desmonte do Estado brasileiro está sendo anunciado sem nenhum constrangimento pelo governo e em nome de uma política de austeridade que, na verdade, sabota a

Salários mais baixos, menos contratações, menos carreiras

retomada do crescimento e deixa ao relento quem mais precisa de serviços públicos, como saúde e educação.

A reação a essa ameaça concreta já está em curso. Na terça-feira, 15, antecipando a comemoração pelo Dia do Servidor Público (28 de outubro), a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público divulgou estudo que desmonta os mitos liberais que sus-

tentam a reforma administrativa que quer o governo. E a CUT está convocando ato para o dia 30, por soberania, direitos e emprego.

O governo pretende enviar a proposta de reforma administrativa à Câmara dos Deputados nos próximos dias. Ela foi finalizada com base em estudo apresentado no dia 9 de outubro pelo Banco Mundial, que usa argumentos enviesados para tentar provar que todos os servidores ganham mais que os trabalhadores da iniciativa privada. Com isso, a equipe econômica de Bolsonaro propõe mudanças drásticas nas despesas da administração federal: salários mais baixos, menos contratações, menos carreiras e novas regras para contratação, promoção e demissão.

Senado aprova a reforma mais cruel para trabalhadores e viúvas

Por 60 votos a 19, senadores aprovaram em segundo turno, na terça-feira, 22, a reforma da Previdência: Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019, do governo de Jair Bolsonaro (PSL). O texto diminui valores dos benefícios e endurece o acesso para aposentadoria e pensões de trabalhadores, viúvas e filhos.

No texto aprovado estão mudanças cruéis que reduzem os valores dos benefícios dos contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos servidores públicos federais. As novas regras endurecem o acesso para a aposentadoria e pensões dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como para suas viúvas, viúvos e seus dependentes.

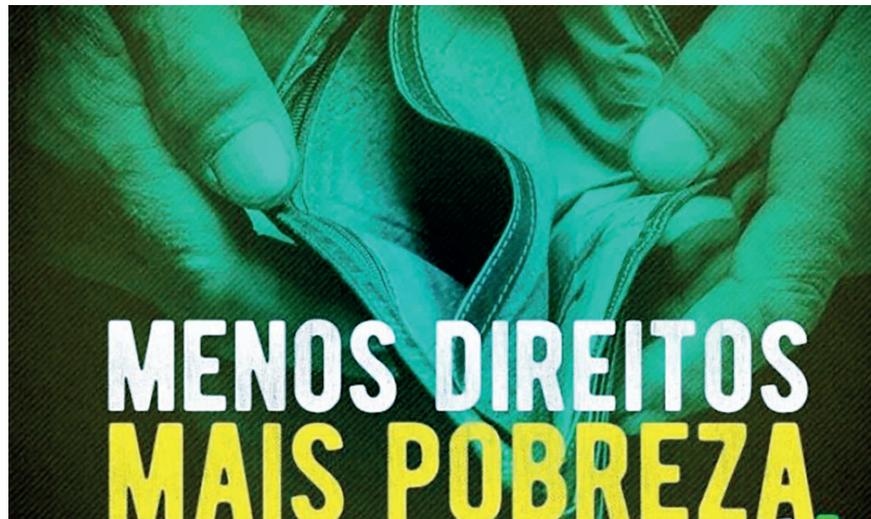
A reforma também reduz o valor do benefício e aumenta o tempo de contribuição dos trabalhadores em atividades insalubres e praticamente acaba com a aposentadoria especial. Outra cruel mudança é a que diminui o valor do benefício para quem se aposenta por invalidez.

As mudanças passam a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Servidores federais

Além de idade mínima maior e mais tempo de contribuição, os servidores federais terão descontados em seus contracheques alíquotas de contribuição à Previdência maiores do que os trabalhadores da iniciativa privada.

Hoje o desconto é de 11%. Agora, a alíquota começará em 7,5% para quem recebe benefício abaixo do teto do INSS (R\$ 5.839,46) e pode chegar a 22%



para quem ganha mais de que o teto.

De acordo com a PEC, as novas alíquotas serão de 11,68% a 12,86% para os salários de R\$ 5.839,46 a R\$ 10.000,00;

- 12,86% a 14,68%, até R\$ 20 mil;

- 14,68% a 16,79%, até R\$ 39 mil;

- a alíquota poderá chegar a

22% para os que ganham mais que R\$ 39 mil.

A idade mínima para aposentadoria começa em 65 anos para os homens. Já para as mulheres, começa em 62 anos.

O tempo mínimo de contribuição dos servidores será de 35 anos e de 30 anos para as servidoras.

Policiais federais, rodoviá-

rios federais e legislativos terão de ter idade mínima de 55 anos para ambos os sexos.

O tempo de contribuição será de 30 anos também para homens e mulheres, além de 25 anos no exercício da carreira.

Regras de transição

Pontuação 86/96 - A mesma regra dos trabalhadores sobre Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que prevê um aumento de 1 (um) ponto a cada ano, tendo duração de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens. O período de transição termina quando a pontuação alcançar 100 pontos para as mulheres, em 2033, e a 105 pontos para os homens, em 2028, permanecendo neste patamar.

Fonte: CUT Nacional

Capitalização vem aí

Um dos principais pilares do texto da reforma da Previdência de Bolsonaro é a capitalização, e nos moldes da que foi implementada no Chile a partir do governo do ditador Pinochet. Na Câmara dos Deputados, esse item da proposta do governo caiu, mas o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, não desistiu e pretende pôr a capitalização novamente em discussão no Legislativo. A intenção é literalmente privatizar o sistema previdenciário brasileiro.

No Chile, capitalização transformou adultos de classe média em idosos pobres

O modelo de capitalização funciona como uma espécie de poupança pessoal de cada trabalhador, que tem de depositar todos os meses um percentual do seu salário em uma conta individual para conseguir se

aposentar. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas de administração e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro.

No Brasil, o atual modelo de Previdência é chamado de repartição, ou seja, quem está no mercado de trabalho contribui mensalmente ao INSS e garante o pagamento dos benefícios de quem já se aposentou. E todos contribuem: trabalhador, patrão e governo. Já no modelo de capitalização não tem a contribuição do empregador nem do Estado.